

# Dominação e resistência em *Ensaio sobre a cegueira*

**Alex Neiva**

Universidade de São Paulo (Brasil)

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo analisar o espaço em *Ensaio sobre a cegueira* a partir da noção de biopolítica. Busca-se evidenciar os mecanismos de controle que aprisionam as personagens em um espaço de exceção. Procura-se, também, analisar as formas de resistência frente aos mecanismos de dominação biopolítica, notadamente o modo como as personagens transformam a dor do aprisionamento e da degradação humana em formas de organização coletiva com a gestão dos espaços; distribuição de tarefas e a tentativa de fortalecimento psicológico a partir do uso da memória e da oralidade. Como forma de oferecer subsídios para uma interpretação a respeito de categorias abstratas como *poder* e *morte*, na obra de José Saramago, recorre-se a discussões fundamentais propostas por teóricos da filosofia política sobre o conceito de biopolítica, mais especificamente Foucault e Agamben.

**Palavras-chave:** Biopolítica; subjetivação; Saramago; poder.

## Domination and resistance in *Blindness*

**Abstract:** This article aims to analyze the space in *Blindness* on the notion of biopolitics, notably it seeks to highlight the control mechanisms that imprison the characters in an exception space. It also seeks to analyze the forms of resistance to the mechanisms of biopolitical domination, notably the way the characters transform the pain of human imprisonment and degradation into forms of collective organization with the management of spaces; the distribution of tasks and the attempt to strengthen them, from the use of memory and orality.

As a way of providing support for an interpretation of abstract categories such as *power* and *death* in José Saramago's work, we resort to fundamental discussions proposed by political philosophy theorists about the concept of biopolitics, specifically Foucault and Agamben.

**Keywords:** Biopolitics; subjectivation; Saramago; power.

Em suas entrevistas, textos de intervenção pública e em seus romances, José Saramago notabilizou-se pela defesa dos excluídos, homens e mulheres que não têm voz, por aqueles que são vítimas das injustiças do poder econômico, social e político. Ler a obra de Saramago é ter em vista aquilo que o autor representou como intelectual público, sobretudo por sua faceta política e filosófica.

Em *Ensaio sobre a cegueira*, o cotidiano de uma cidade qualquer é interrompido pelo mal da cegueira — a chamada «treva branca» — que acomete um primeiro cego, parado no semáforo, e que vai paulatinamente acometendo toda cidade. A partir do instante em que a cegueira se torna uma endemia, as autoridades governamentais optam por instituir a quarentena:

A lembrança tinha saído da cabeça do próprio ministro. Era, por qualquer lado que se examinasse uma ideia feliz, senão perfeita, tanto no que se referia aos aspectos meramente sanitários do caso como às suas implicações sociais e aos seus derivados políticos. [...] todas as pessoas que cegaram, e também as que com elas tivessem estado em contato físico ou em proximidade direta, seriam recolhidas e isoladas, de modo a evitarem-se ulteriores contágios, [...] Queria dizer que poderão ser quarenta dias como quarenta semanas, ou quarenta meses, ou quarenta anos, o que é preciso é que não saiam de lá (Saramago 2007:45-46).

O ministro do governo suspende as garantias constitucionais, numa clara violação ao direito à liberdade, para instituir a quarentena num espaço de confinamento em que o tempo da pena não é determinado por uma corte judiciária dentro dos ritos legais, mas por um poder arbitrário que se julga acima da constituição e que aplica uma pena de caráter indeterminado, como fica evidenciado na fala do ministro — «o que é preciso é que não saiam de lá». O narrador lembra-nos de que aquelas práticas teriam sido herdadas «dos tempos da cólera e da febre amarela, quando os barcos contaminados ou só suspeitos de infecção tinham de permanecer ao largo durante quarenta dias, até ver» (Saramago 2007: 45). O governo escolhe o manicômio como espaço privilegiado da exceção, porque, segundo ele, reúne as melhores formas de controle e vigilância: «[...] porque a par de estar murado em todo seu perímetro, ainda tem a vantagem de

compor de duas alas, uma que destinaremos aos cegos propriamente ditos, outra para os suspeitos, além de um corpo central que servirá, por assim dizer de terra de ninguém» (Saramago 2007: 46). Temos aqui a gestão dos corpos e das vidas a partir de um espaço que reúne os suspeitos e aqueles que são acometidos pela cegueira, notadamente o espaço de exceção em *Ensaio sobre a cegueira*.

As personagens do romance não são distinguidas por nomes, mas por características e particularidades. Entre as principais personagens destacam-se o primeiro cego; a mulher do primeiro cego: o médico; a mulher do médico (a única que vê); a rapariga dos óculos escuros; o velho da venda preta e o rapazinho estrábico. Como se pode notar, as personagens não têm nome, pois se pensarmos na alegoria do *Ensaio sobre a cegueira*, como um ensaio sobre o estado de exceção dentro da perspectiva biopolítica, teríamos que o espaço de confinamento é o espaço por excelência que abole as identidade e suprime a perspectiva do reconhecimento, tendo em vista a submissão da vida nua nos cálculos do poder. Sem contarmos que a ideia de um nome, ou a busca pela identidade, como em *Todos os nomes*, é um tema caro ao universo saramaguiano. No romance *Ensaio sobre a cegueira*, essa perspectiva passa pela ideia de uma cidadania maculada pela experiência da exceção. As personagens foram confinadas no espaço do manicômio e submetidas ao controle governamental, uma das formas parcas de contato com o mundo exterior se dá a partir dos anúncios do governo em chamadas habituais nos altifalantes:

Nesse instante ouviu-se uma voz forte e seca, de alguém, pelo tom, habituado a dar ordens. Vinha de um altifalante fixado por cima da porta por onde tinham entrado. A palavra Atenção foi pronunciada três vezes, depois a voz começou, O Governo lamenta ter sido forçado a exercer energeticamente o que considera ser seu direito e seu dever, proteger por todos os meios as populações na crise que estamos a atravessar, quando parece verificar-se algo de semelhante a um surto epidémico de cegueira, provisoriamente designado por mal-branco, e desejaria poder contar com o civismo e a colaboração de todos os cidadãos para estancar a propagação do contágio [...] O Governo está perfeitamente consciente das suas responsabilidades e espera que aqueles a quem esta mensagem se dirija, assuma também, como cumpridores cidadãos que devem de ser, as responsabilidades que lhes competem, pensando que o isolamento que agora se encontram representará, acima de quaisquer outras considerações pessoais, um acto de solidariedade para com resto da comunidade nacional (Saramago 2007: 49-50).

O anúncio do governo representa uma tentativa de gestão dos corpos a partir de medidas de segurança que objetivam a organização da vida no espaço de

exceção. Nota-se que em sua função de face é um discurso que se quer racional, operado sobre a lógica de uma suposta racionalidade estatal. Aliás, não é fortuito o uso da palavra *crise*, tão comumente usada em momentos cruciais da História, como um elemento judicativo para se combater o inimigo e gerar perseguições. O anúncio estatal fala ainda da responsabilidade e da solidariedade de que os cegos devem ter, como «bons cidadãos», para com o resto da comunidade nacional. Expedientes que cumprem uma tentativa de justificar o injustificável que é a supressão da liberdade em favor de um estado de emergência tipicamente autoritário, próprio de regimes com inclinações fascistas. Após o anúncio do governo, o médico constata o estado de exceção no qual se encontram: «O médico disse, As ordens que acabámos de ouvir não deixam dúvidas, estamos isolados, mais isolados do que provavelmente já alguém esteve, e sem esperança de que possamos sair daqui antes de que se descubra o remédio para a doença» (Saramago 2007: 51). A cegueira é descrita como um mar de leite, uma espécie de *cegueira branca* que conserva a integridade dos olhos, a íris apresenta-se nítida, luminosa. A cegueira não é apresentada como um total obscurecimento da visão, como a entrada numa câmara escura, mas se trata de uma cegueira translúcida, como uma espécie de visão que entra num nevoeiro. A escolha dos diferentes tons dá a dimensão da cegueira não como um mal físico de que não se conhece a causa, mas a cegueira como metáfora do obscurecimento da razão e do sentido de responsabilidade coletiva. Em sua dimensão mítica, a cegueira, como olhos mortos, representaria uma espécie de dimensão punitiva. Nesse sentido, a cegueira como uma espécie de sintoma coletivo, de um adoecimento social, da incapacidade de ver além do que está posto, de um sentido ético de convivência que tornasse a vida em sociedade mais harmônica.

A metáfora da cegueira tem como intenção afirmar a condição natural do ser humano contemporâneo. São inúmeros os sentidos que a interpretação da cegueira nos oferece. Esta, nessa perspectiva, seria anterior à própria cegueira, pois seria uma inaptidão coletiva por se reconhecer cego ainda que se possa enxergar. A citação de uma epígrafe inventada, retirada de um inexistente *Livro dos conselhos*, com que Saramago inicia o seu romance nos pode ajudar a entender a dimensão da cegueira: «Se podes olhar, vê. Se podes ver, repará». Há aqui uma graduação entre *olhar, ver e reparar*. Implicitamente se nota uma distinção entre a visão meramente física (que parte dos cinco sentidos) para uma percepção dotada de criticidade. O desconhecimento das causas da cegueira contribui para a disseminação do medo e para o enrijecimento das medidas de segurança, e o próprio uso das palavras nos comunicados do governo opera numa lógica de guerra, no combate a disseminação da doença e da imunização do corpo social. Segundo Susan Sontag (2007: 7):

Qualquer enfermidade tida como um mistério e temida de modo bastante incisivo será considerada moralmente, se não literalmente, contagiosa. Assim, um número espantoso de pessoas com câncer se dá conta de que parentes e amigos as evitam e de que são objeto de procedimentos de descontaminação, levados a efeito pela família, como se o câncer, a exemplo da tuberculose, fosse uma enfermidade contagiosa. O contato com alguém acometido por uma doença tida como um mal misterioso provoca de forma inevitável a sensação de uma transgressão; pior ainda, de violação de um tabu.

Como as causas da cegueira no romance são misteriosas, *A doença* (a cegueira) seria também um tabu e operaria em uma zona cinzenta na qual carregaria consigo as marcas de uma cidadania problemática, pois separaria o reino dos saudáveis do dos doentes.

Os informes do governo, veiculados no altifalante, avisam o horário que a comida e os produtos de higiene chegam aos cegos e estes têm de buscar os alimentos, enquanto são fortemente vigiados por soldados armados. A artificialidade desse sistema éposta em questão quando a mulher do médico decide levar um cego com um ferimento grave para se tratar fora dali. O diálogo entre a mulher do médico e o sargento é revelador de uma prisão desumana em que não é possível nem sequer entrar medicamentos ou algo que perpetue a vida dos que estão confinados no antigo manicômio. «Olhe lá, ó ceguinho, quem vai comunicar uma coisa a si sou eu, ou você e essa voltam agora mesmo para donde vieram, ou levam um tiro, [...] Não quero acreditar que isto esteja a acontecer, é contra todas as regras de humanidade» (Saramago 2007: 69).

Além do aspecto já comentado de que o narrador é onisciente e uma figura de autoridade, pode-se afirmar que o discurso da narrativa é construído a partir do reconhecimento do espaço pelas personagens. É como se a narrativa se desvelasse de uma maneira menos visual ou pictórica e mais assente numa sensação tátil, como se entrássemos de fato na narrativa pelas mãos dos cegos e fôssemos tateando junto com eles o espaço da exceção, descobrindo as salas com seus leitos; a luta pela sobrevivência a partir da escassez de alimentos: em suma, seus sonhos e medos.

O espaço de exceção do antigo manicômio torna-se cada vez mais hostil, com a entrada de mais cegos, o que faz com que as condições de higiene se detriorem. Há também uma primeira morte, de um cego que possuía um ferimento em decorrência do seu desentendimento com a rapariga dos óculos escuros. A circunstância da morte se deve que o cego saiu dos limites do confinamento, tendo sido alvejado pelos soldados. Assim, as condições de higiene se agravam pela degradação do espaço, pelo forte odor dos dejetos humanos, bem como a presença de cadáveres.

Tentou imaginar como seria o lugar onde se encontrava, para ele tudo era branco, luminoso, resplandecente, que o eram as paredes e o chão que não podia ver, e absurdamente achou-se a concluir que a luz e a brancura ali, cheiravam mal. Vamos endoidecer de horror, pensou. [...] Há muitas maneiras de torna-se animal, pensou, está é só a primeira delas. Porém, não se podia queixar muito, ainda tinha quem não se importasse de o limpar (Saramago 2007: 97).

Percebe-se na fala do médico a indignidade que os cegos viviam no espaço do confinamento, a partir do uso da sinestesia — «a luz e a brancura ali, cheiravam mal» — uma inversão do sentido de brancura relacionado à limpeza, ou seja, as condições de higiene se deterioraram de tal forma que o odor invade a percepção da cegueira como algo luminoso. Nota-se, aqui, como a condição desumana do espaço se torna num modo de alteração das condições psíquicas das personagens — «Vamos endoidecer de horror». Trata-se, pois, de uma tentativa de submissão da subjetividade aos mecanismos de dominação biopolítica, pela vulnerabilidade e desumanização a que os corpos dos cegos estão submetidos.

As personagens que estiveram no consultório do médico, como a rapariga dos óculos escuros, o primeiro cego, vão-se reconhecendo pela voz e estabelecendo um primeiro contato após se tornarem cegos. É também por primeira vez que se discute a necessidade de uma organização, com o reconhecimento do ambiente; a divisão dos cegos entre as camas e as idas em fila ao banheiro. É interessante notar como as relações ainda que pequenas, como do atendente da farmácia e seus clientes, ou o médico e seus pacientes, podem revelar uma primeira tentativa de solidariedade coletiva. Aqui, se destaca a figura da mulher do médico, como a única personagem que vê, como aquela que tem responsabilidade sobre os demais e um sentido ético que a faz uma das personagens mais complexas do romance. Ela é a única que optou, por sua própria vontade, em estar confinada junto aos demais, isso a coloca de certa forma na condição de ser livre entre os homens e mulheres encarcerados. A situação de violência se agrava, pois os mantimentos deixados nas áreas comuns da edificação se tornam numa arma de poder entre os cegos, posto que em uma sala há cegos menos escrupulosos, que possuem armas de fogo e passam a recolher os alimentos e a comercializá-los com as demais salas, em troca, a princípio, de objetos de valor. A ironia reside no fato de que o ato se torna sem sentido uma vez que os cegos não têm a perspectiva de usufruírem de todos os bens. Os cegos maus que praticam esse ato, o fazem por puro prazer. Os cegos, apesar de alguns protestos, submetem-se às ordens e recolhem todos os bens com o objetivo de garantir a própria subsistência. A situação torna-se ainda mais insustentável quando a ganância e a desumanidade dos cegos dá um passo além:

Passada uma semana, os cegos malvados mandaram recado de que queriam mulheres. Assim, simplesmente, Tragam-nos mulheres. Esta inesperada, ainda que não de todo insólita, exigência causou a indignação que é fácil imaginar, os aturdidos emissários que vieram com a ordem voltaram logo lá para comunicar que as camaratas, as três da direita, e as duas da esquerda, sem exceção dos cegos e cegas que dormiam no chão, haviam decidido, por unanimidade, não acatar a degradante imposição, objetando que não se podia rebaixar a esse ponto a dignidade humana, neste caso feminina [...] A resposta foi curta e seca, Se não nos trouxerem mulheres, não comem (Saramago 2007: 165).

A partir desse ponto, os cegos, tanto os opressores como os oprimidos, começam a tencionar a relação entre eles, agravando-se a situação de violência. O grupo dos opressores saem fortalecidos não apenas porque dispõem de arma de fogo, mas porque contam com um cego de nascença. Este não adquiriu a *cegueira branca* que atingiu a todos, mas é portador da cegueira convencional (cegueira de trevas), de modo que seus sentidos seriam muito mais aguçados do que o de todos os outros cegos, revelando-se, portanto, como uma espécie de vantagem em relação aos demais.

A ironia revela-se aqui, porque aquele que mais poderia entender as mazelas vividas pelos demais cegos é o que representa a maior ameaça, ao buscar tirar vantagem da inexperiência alheia. Não se trata apenas de uma espoliação dos objetos pessoais de homens e mulheres, mas de destituí-los de sua dignidade, além de expor as fraturas que envolvem os conflitos entre os gêneros. Por um lado, os homens notam que os escrúpulos morais em relação às suas mulheres é facilmente superado por suas necessidades físicas e passam a empurrá-las em direção aos animais da sala dos cegos opressores. Por outro lado, elas entendem que não há nada a fazer senão submeter aos opressores e conviver posteriormente com oasco dos maridos. É interessante notar que, em meio das discussões sobre como agiriam aqueles que estavam sendo intimidados, a mulher do médico é a primeira a perceber que a submissão das mulheres a seus opressores seria inevitável. Aliás, ela é a primeira a candidatar-se a sacrificar-se pelo grupo e atender a volúpia dos cegos malvados. Após isso, as mulheres, até mesmo aquelas que anteriormente eram contrárias a submeter-se aos cegos da ala dos malvados, começam a entender a situação e a tornarem-se voluntárias ao sacrifício. A mulher do médico decide tomar uma decisão que mudará o destino de todos os cegos: tomou uma tesoura em suas mãos e partiu em direção à ala dos opressores, valendo-se da sua condição de única pessoa a enxergar, crava a tesoura na garganta do líder dos opressores. O diálogo entre a mulher do médico e o cego de nascença é bastante revelador:

Parada à entrada da camarata, a mulher do médico gritou com fúria, Lembrem-se do que eu no outro dia disse, que não me esqueceria da cara dele, e daqui em diante pensem no que vos digo agora, que também não me esquecerei das vossas, Hás de pagar-mas, ameaçou o cego da contabilidade [...] Não sabes quem eu sou nem donde vim, [...] A voz não me engana, basta que pronuncies uma palavra e estás morta, O outro também tinha dito isso e aí o tens, Mas eu não sou cego como ele, como vocês, quando vocês cegaram já eu conhecia tudo do mundo, Da minha cegueira não sabes nada, Tu não és cega, a mim não me enganas, Talvez eu seja a mais cega de todos, já matei e tornarei a matar se for preciso, Antes disso morrerás de fome, [...] Por cada dia que estivermos sem comer por vossa culpa, morrerá um dos que aqui se encontram, basta que ponha um pé para fora dessa porta (Saramago 2007:187-188).

A fala da mulher do médico revela que ela entende a diferença entre a cegueira física e a cegueira ética de que trata toda a história do romance, ao admitir que o seu ato, embora se possa configurar como um ato de autodefesa, matou uma vida humana e, portanto, fez dela uma pessoa mais cega do que os outros cegos. A consciência profunda em relação à condição humana e o seu compromisso inadiável com os demais seres humanos faz da mulher do médico a única personagem que é capaz de ver dentro do espaço de exceção. Em defesa dos fracos e oprimidos; das mulheres; de seus corpos e da dignidade humana, a mulher do médico mergulha na cegueira de todos, sacrificando-se pelo grupo e tornando-se numa espécie de consciência lúcida diante da cegueira coletiva. Vale a pena dimensionar as consequências éticas do ato da mulher do médico com as justificativas apresentadas pelo velho com a venda nos olhos:

Mataria com as minhas próprias mãos quem a si próprio se denunciasse, Porquê, perguntaram da roda, Porque se a vergonha ainda tem algum significado neste inferno em que nos puseram a viver e que nos tornámos em inferno do inferno, é graças a essa pessoa que teve a coragem de matar a hiena no covil da hiena, Pois sim, mas não será a vergonha que nos virá encher o prato, Quem quer que sejas, estás certo no que dizes, sempre houve quem enchesse a barriga com a falta de vergonha, mas nós, que já nada temos, a não ser esta última e não merecida dignidade, ao menos que ainda sejamos capazes de lutar pelo que de direito nos pertence (Saramago 2007: 191-192).

*Ensaio sobre a cegueira* (1995) é um romance sobre dominação e resistência, sobre as formas de controle e de escape nas quais a vida se produz nas sociedades contemporâneas. O romance pode ser dividido em dois momentos. O primeiro

descreve o modo como cada personagem perde a visão — adquire aquilo que é designado como cegueira branca: «O cego ergueu as mãos diante dos olhos, move-as, Nada, é como se estivesse num meio de um nevoeiro, é como se tivesse caído num mar de leite, Mas a cegueira não é assim, disse o outro, a cegueira dizem que é negra, Pois eu vejo tudo branco» (Saramago 2007: 13). O segundo momento se dá a partir do confinamento no manicômio daqueles que foram afetados pela cegueira. Aqui, destacaremos, sobretudo, o núcleo de personagens que se reúnem no consultório do médico oftalmologista, como o primeiro cego; a mulher do primeiro cego; o médico: a mulher do médico (a única personagem que vê); a rapariga dos óculos escuros; o velho com a venda no olho e o rapazinho estrábico.

A noção de biopolítica cumpre aqui uma dupla acepção: em Foucault, em reflexões dos anos 70, refere-se à mudança de um regime geral do poder que se dá a partir da passagem do direito de *fazer morrer e deixar viver* para o *fazer viver e deixar morrer*. No regime da soberania (que vigora até meados do século XVII), o poder se institui a partir da supressão; da extorsão da riqueza; da apropriação do tempo, dos corpos e da vida; de um poder limitativo e mecânico. Um poder que se constitui a partir da destruição da vida. Já em período posterior, na época clássica, esse poder deixa de se basear na expropriação e extorsão, para ser um poder de incitação, reforço, vigilância e controle das forças que ele submete. Trata-se de um poder que se destina a organizar e desenvolver a produção de forças. Mais do que destruir a vida, esse poder tem como objetivo gerir a vida. E quando tal poder exige a morte, é em defesa da vida que ele reivindica a ação. No momento em que mais se fala em defesa da vida é que curiosamente o mundo verificou um aumento das guerras genocidas: «As guerras não se fazem mais em nome do soberano que é preciso defender; elas se fazem em nome da existência de todos; treinam-se populações inteiras a matarem-se reciprocamente em nome da necessidade de viverem. Os massacres se tornaram vitais» (Foucault 1999: 287). O poder se utiliza da guerra como forma de gestão da vida, dos corpos e da raça. É o discurso sobre a vida, o poder de matar para fazer viver, princípio que se torna estratégia estatal. Se antes se tratava da defesa da soberania do Estado (lógica do soberano), agora se trata de garantir a sobrevivência da população (lógica biológica). «O fazer viver», a qual faz referência Foucault, próprio do biopoder, institui-se a partir da disciplina e da biopolítica.

A prática de disciplinarização, analisada em *Vigiar e punir*, data de meados do século XVII e tem seu surgimento nas escolas, hospitais, fábricas e exércitos resultando na docilização dos corpos; estratégia cujo objetivo é otimizar e integrar os corpos a sistemas de controle (o corpo é visto como corpo máquina). Na forma de dominação biopolítica, que surge no século XVIII, a gestão da vida incide não mais no indivíduo, mas sobre a população enquanto espécie. O corpo está permeado pela dinâmica do vivente, por processos biológicos, pelo nasci-

mento e mortalidade, a saúde, a doença, a longevidade, trata-se da biopolítica da população. «A espécie passa a ser fundamental para as estratégias políticas. A vida e seus mecanismos entram nos cálculos explícitos do poder saber, enquanto esses se tornam agentes de transformação da vida» (Foucault 2008: 68).

Para uma segunda acepção da biopolítica, que se daria a partir de uma positividade, que é uma tentativa de resistência ativa frente ao Império do controle biopolítico, Pál Pelbart destaca a centralidade dos teóricos Negri e Hardt para essa inversão semântica, cultural e política do termo biopolítica. A noção de vida não é apenas definida enquanto processo biológico que afeta a população, mas inclui a sinergia coletiva, a cooperação social e subjetiva no contexto da contemporaneidade.

Daí a tentação dos autores de inverter o sentido pejorativo do biopoder e da biopolítica, que originalmente incidiria sobre a população e reprodução da vida, e pensarem a partir do corpo biopolítico coletivo, onde se dá a produção e reprodução da vida, levando em conta sua nova potência. A esse corpo biopolítico coletivo, em seu misto de inteligência, conhecimento, afeto, desejo, os autores deram o nome de multidão (Pelbart 2003: 83-84).

Pelbart questiona ainda em que medida esse elemento de virtualidade que constitui a multidão pode driblar as estratégias imperiais e neutralizar sua potência explosiva. E a resposta é dada em termos de uma força que se constitui a partir de uma criação de valor, de modalidades de cooperação, de comunidade, mas também de êxodo, de escape e deserção. Pode-se antever, aqui, aquilo que Deleuze denomina de biopotência — formas de resistência política da vida sobre o poder assentada em novas configurações enunciativas.

Em *Ensaio sobre a cegueira*, o manicômio é escolhido como o espaço mais apropriado para o confinamento dos cegos. Em diálogo entre o ministro de estado e seu subordinado, são apontadas quatro opções de prisão que nos possibilitam antever as instâncias de poder e controle social, a saber: a indústria, o comércio, o quartel e o manicômio.

Sim, senhor ministro, o manicômio, Aliás, a todas as luzes, é o que apresenta melhores condições, porque a par de estar murado em todo o seu perímetro, ainda tem a vantagem de se compor de duas alas, uma que destinaremos aos cegos propriamente ditos, outra para os suspeitos, além de um corpo central que servirá por assim dizer, de terra de ninguém, por onde os que cegarem transitarão para irem juntar-se aos que já estavam cegos (Saramago 2007: 26).

Destaco aqui a expressão «a todas as luzes», como aquela em que o discurso de poder reivindica para a decisão de construir um campo de concentração no manicômio um fundamento de ordem racional e iluminista, legitimado pelo aparato legal. Trata-se de um poder soberano que, amparado num discurso legal e científico (com o qual se pretende combater o mal da cegueira branca para a preservação do corpo social), acaba por decidir sobre o poder de vida e morte sobre o corpo da população, criando um espaço de exceção no qual são confinados os que perdem não só a visão, como a própria cidadania. Para o filósofo italiano Roberto Esposito, a discussão acerca do enigma da biopolítica passa por compreender como a esta — entendida como um conjunto de ações e estratégias para a preservação, a proteção da vida e da subjetividade — pode-se transformar numa tanatopolítica, ou seja, supressão de formas de vida tidas como perigosas e nocivas à comunidade.

Qual o efeito da biopolítica? Nesse ponto, a resposta do autor [isto é, Foucault] parece abrir-se em direções divergentes, que apelam para outras duas noções, desde o início implicadas no conceito de *bíos*, mas situadas no extremo da sua extensão semântica, a de subjetivação e morte. Ambas, em relação à vida, constituem mais do que duas possibilidades. São ao mesmo tempo sua forma e seu fundo, sua origem e seu destino. Mas em todo caso, segundo uma divergência que parece não admitir mediações: ou uma ou outra. Ou a biopolítica produz subjetividade ou produz morte. Ou torna sujeito o próprio objeto ou o objetiva definitivamente (Esposito 2007: 42- 43).

Com o objetivo de refletir sobre o enigma da biopolítica, Esposito formula a tese do paradigma imunitário, segundo a qual à semelhança do sistema imunológico de um organismo, a imunização política é uma proteção negativa da vida.

Ora, o espaço do confinamento em *Ensaio sobre a cegueira* é o espaço da ordem, da seleção, da organização a partir de uma lógica imunitária na qual o corpo social é preservado através do isolamento das células defeituosas (cidadãos de segunda classe), daí todo um aparato jurídico, político e midiático que legitima o estado de exceção. O romance problematiza as limitações dos discursos de poder que evocam um discurso da racionalidade e da ciência, conjugados às razões de estado e do mercado, tão comuns nos regimes totalitários como nas democracias neoliberais, como é o caso da atual crise humanitária dos refugiados.

No romance, tal como preconizado por Foucault, o poder reside não apenas num território, mas sobre a população; a vida e a saúde da nação transforma-se num problema político em que o governo se torna um governo de homens e tem como resultado uma crescente animalização, baseando-se sobretudo nas condições precárias de saúde e higiene aos quais os cegos são submetidos:

Não era só o cheiro fétido que vinha das latrinas em lufadas, em exalações que davam vontade de vomitar, era também o odor acumulado de duzentas e cinquenta pessoas, cujos corpos, macerados no próprio suor, não podiam nem saberiam lavar-se, que vestiam roupas em cada dia mais imundas, que dormiam em camas onde não era raro haver dejecções (Saramago 2007: 136).

O espaço de confinamento produz a degradação em que a vida nua é lançada à própria sorte, e os corpos tornam-se em coisas, sofrendo uma espécie de assujeitamento, cujo grau máximo reside no paradigma do muçulmano, descrito por Primo Levi para designar o ser humano, que com as experiências biopolíticas do nazismo, teve a sua humanidade destruída e que sobrevivia desprovido da consciência moral e do sentido social dos afetos e valores sociais, executando diariamente o trabalho escravo até se encontrar com a morte. É neste sentido que Agamben demonstra que o campo se tornou no «paradigma», no momento em que a política se tornou biopolítica:

Na medida em que os seus habitantes foram despojados de todo estatuto político e reduzidos integralmente à vida nua, o campo é também o mais absoluto espaço biopolítico que jamais tenha sido realizado, no qual o poder não tem diante de si senão a pura vida sem qualquer mediação. Por isso o campo é o próprio paradigma do espaço político no ponto em que a política torna-se biopolítica e o homo sacer se confunde virtualmente com o cidadão (Agamben 2002:178).

Portanto, «vida nua» consiste na condição que é imposta ao homem por meio da destituição do aporte jurídico-político que lhe garantia, até então, a participação em uma comunidade política enquanto cidadão. Despojado de sua condição de sujeito de direitos, não gozando de qualquer proteção jurídica, o indivíduo fica reduzido a uma existência meramente biológica em um espaço de exceção.

A tomada de consciência no romance ocorre após a completa degradação das personagens e se dá a partir da aprendizagem de novas formas de socialização e partilha num cenário distópico, no qual a violência e a hostilidade fomentam uma espécie de movimento autoanalítico pela busca de uma subjetividade perdida. Uma das formas de resistência ao assujeitamento reside justamente na tomada de consciência acerca da cegueira. A primeira parte do romance descreve como as personagens perderam a visão. Não há qualquer informação sobre o modo de vida da comunidade anterior ao momento da cegueira. Porém, sabe-se que a narrativa se passa num ambiente social familiar à maioria dos leitores, notadamente numa sociedade pós-industrial. Pode-se dizer que as principais

personagens se tornam em individualidades a partir do momento em que são tocadas pela cegueira. Após chegar ao dormitório do hospício, o velho com a venda nos olhos sugere que cada um descreva o momento em que perdeu a visão:

[...] ceguei quando estava a ver o meu olho cego, [...] Parece uma parábola, disse uma voz desconhecida, o olho que se recusa a reconhecer a sua própria ausência [...] Quanto mim, disse a mulher do primeiro cego, a última coisa que me lembro de ter visto foi o meu lenço, estava em casa a chorar, levei o lenço aos olhos e nesse instante ceguei, [...] O meu caso, disse o ajudante de farmácia, foi o mais simples, ouvi dizer que havia pessoas a cegarem, então pensei como seria se eu cegasse também, fechei os olhos a experimentar e quando os abri estava cego, Parece outra parábola, falou a voz desconhecida, se queres ser cego, sé-lo-ás. Ficaram calados (Saramago 2007: 129).

Revisitar o instante em que cada personagem foi acometida pela luz branca da cegueira, bem como os comentários de uma voz desconhecida, que aqui é muito próxima à forma do coro grego, evidencia o fato de que a perda da visão está associada ao momento em que cada indivíduo reflete sobre a capacidade de ver. O que seria essa faculdade de ver senão ver com outros olhos, ou ver de uma maneira que os tornem livres das antigas amarras, que os impossibilitam de ver com clareza o real? Assim, a metáfora do olho — que vê a própria cegueira — representa uma espécie de movimento especular em que a consciência se exterioriza e é capaz de antever um estado de cegueira anterior a toda cegueira; uma perda de visão coletiva que em parte se deve aos modos de vida que a sociedade contemporânea adota. Temos duas parábolas: a do olho que se recusa ver a sua própria ausência e aquele que se quer tornar cego. O velho com a venda nos olhos deseja contemplar a cegueira enquanto ela afeta um de seus olhos. Já o atendente da farmácia emprega meios de recriar o momento em que perdeu a visão e como se deu o processo de internalização da cegueira. Conforme afirma uma voz não identificada: «[...] já éramos cegos no momento em que cegamos» (Saramago 2007: 131). Esta espécie de voz coletiva, como um Deus, sugere que um tipo de cegueira preexiste à cegueira física. Tanto o velho da venda nos olhos, como o atendente de farmácia perderam a visão no instante em que se tornaram conscientes da sua própria cegueira, ou dito de outra forma, quando a consciência se transforma em autoconsciência. Na narrativa saramagiana, as personagens são subjetividades que adquirem de maneira lenta autoconsciência. O exercício de voltar ao instante da cegueira se dá por meio da memória e da linguagem, recursos que funcionam como uma espécie de terapia coletiva. E tal dinâmica se dá menos por uma ideologia externa, do que por

uma instância de poder que é sentida a partir do corpo. A perda da visão é um processo de individualização em que as personagens se movem do universal para o subjetivo e a cegueira é sentida de diferentes maneiras em cada corpo. Este aspecto da narrativa faz ecoar aquilo que Foucault entende pelo trabalho do poder. Foucault afirma, em *Vigiar e punir*, que os indivíduos se transformam em sujeitos à medida que o poder se realiza e se internaliza em seus corpos. Se por um lado, há um tipo de poder que se manifesta a partir do corpo, por outro lado, o corpo, que é mediado pelo processo de subjetivação, se constrói a partir de uma intrincada rede de discursos de poder. O corpo é, portanto, um elemento fulcral em que o poder e o discurso se interseccionam. O ponto de vista de Foucault sobre a subjetividade pode-nos dar pistas sobre a cegueira no romance de Saramago. O sofrimento físico impingido às personagens é complementado por uma construção social e discursiva a respeito da epidemia. O doutor alerta às autoridades sobre o surgimento da doença. Somente neste momento é que a epidemia é reconhecida e tratada como tal. É preciso, portanto, uma instância legitimadora, a autoridade médica, que institui o discurso da ciência a serviço do controle estatal.

Em *Vigiar e punir*, Foucault (2008) apresenta a origem dos mecanismos de vigilância e disciplinarização dos corpos como forma de controle. Para prevenir o suposto aumento das doenças no corpo social, as autoridades confinam o indivíduo em suas casas e estabelecem um complexo sistema de controle, cujo objetivo é circunscrever os corpos. O pan-óptico de Jeremy Bentham é, segundo Foucault, o auge do uso das normas disciplinares como controle das epidemias. Em *Ensaio sobre a cegueira*, os afetados pela cegueira são encarcerados num antigo hospício. Apesar desse espaço não ser designado como pan-óptico, mantém função de prisão e suas entradas são permanentemente vigiadas por soldados. Ao contrário dos guardas, a mulher do médico, que, para poder acompanhar seu marido, fingiu estar cega, questiona eticamente o seu próprio posicionamento:

Pela primeira vez desde que aqui entrara, a mulher do médico sentiu-se como se estivesse por trás de um microscópio a observar o comportamento de uns seres que não podiam nem sequer suspeitar da sua presença, e isto, pareceu-lhe subitamente indigno, obsceno, Não tenho o direito de olhar se os outros não me podem olhar a mim, pensou (Saramago 2007: 47).

A mulher do médico acredita que ver sem ser vista não é um ato ético. Ela rejeita aquilo que se configura como uma posição de poder sobre o corpo, realizando, portanto, uma prática oposta ao do pan-óptico. Ela detém um poder sobre os outros, mas o usa de uma maneira responsável em benefício da coletividade. Se ela escolher ver, sua escolha se dá não porque quer ser um instru-

mento de controle, mas para ajudar os cegos, tornando-se numa guia e auxiliando o grupo de cegos a sua volta. Foucault ressalta a existência de um mecanismo de dominação não disciplinar. O caso da cegueira no romance de Saramago evidencia uma combinação de mecanismos de dominação disciplinar, com um discurso e seus esforços de manipulação biopolítica.

Nos métodos empregados pelo governo para prevenir que o contágio se espalhasse pela cidade evidenciam-se os mecanismos de controle biopolítico, sobretudo na mensagem governamental veiculada no altifalante do hospício.

O governo lamenta ter sido forçado a exercer energicamente o que considera ser o seu direito e seu dever, proteger por todos os meios as populações na crise que estamos a atravessar, [...] abandonar o edifício sem autorização significará a morte imediata, [...] em caso de incêndio, seja ele fortuito ou intencional, os bombeiros não intervirão, [...] em caso de morte, seja qual for a sua causa, os internados enterrarão sem formalidades o cadáver na cerca[...] O Governo e a Nação esperam que cada um cumpra o seu dever (Saramago 2007: 49-51).

O poder aqui é exercido não apenas sobre simples indivíduos, mas se refere a toda a população. Ao invés de invocar o direito sobre a vida e morte dos sujeitos, o governo justifica tal ação pela proteção da sociedade contra a praga da cegueira branca. As autoridades escondem o seu poder violento e despótico por uma ideia de senso de responsabilidade que invoca o dever de proteger os cidadãos da epidemia da cegueira. Há uma espécie de legitimação de uma ética da destruição em que se deixa de lado a preservação da vida por um ideal de imunização coletiva. Institui-se a discriminação de estado a partir da diferenciação de cidadãos de primeira e segunda classe, numa oposição binária, numa estratégia de poder biopolítico que opera sobre o corpo social. A mensagem governamental veiculada diversas vezes no altifalante torna-se num símbolo da inaptidão estatal diante da calamidade e acompanha a progressiva degradação das condições de vida no hospício. A interrupção da mensagem coincide com o colapso de todas as formas de governo, pois quase que a totalidade da cidade se tornou cega.

A despeito das semelhanças entre as discussões apresentadas em *Ensaio sobre a cegueira* e as reflexões de Foucault a respeito das técnicas de dominação, a alegoria saramaguiana se move num cenário para além do universo de George Orwell, de total subordinação social ao poder. A segunda parte do romance marca o fim do controle pan-óptico, com a cegueira total da população. Entretanto, o desaparecimento de uma instância unitária de poder não é capaz de anular totalmente os mecanismos de poder, sobretudo a partir da persistência de uma situação de exceção que evidencia a disciplina e o controle sobre os cor-

pos. O romance sugere que a subversão dos mecanismos de poder a partir da subjetivação não pode ser relacionada a um indivíduo isolado mas se deve a um esforço de realização coletiva.

A crise sobre a visão retratada em *Ensaio sobre a cegueira* pode ser entendida como uma impossibilidade de reconstituição da subjetividade que se ampara num estatuto de racionalidade do poder. Incapaz de enfrentar o problema como uma prática política e subversiva, a subjetividade individual é arrastada pelos mecanismos de dominação do poder. O romance de Saramago se configura como uma alternativa de resistência de um sujeito coletivo. No momento em que se torna cego coincide com a entrada na subjetividade, e algumas personagens da narrativa dispõem de um senso de subjetividade que se baseia em suas interações sociais. A descoberta da coletividade se dá a partir da deterioração do espaço do hospício. Quando a gangue de cegos toma posse dos alimentos e exige pagamento pela continuação do fornecimento da comida, esta comunidade, liderada pela mulher do médico, invoca o «sagrado princípio da propriedade coletiva» e recorre à noção marxista de justiça:

Daremos todos e daremos tudo, disse o médico, E quem não tiver nada para dar, perguntou o ajudante de farmácia, Esse, sim, comerá do que os outros derem, é justo o que alguém disse, de cada um segundo as suas possibilidades, a cada um segundo as suas necessidades (Saramago 2007: 141-142).

Na passagem de um direito de posse individual para a propriedade coletiva, a cegueira é um fator de expropriação, que marca o limite entre o velho e um novo sistema de valores. Com vistas a criar uma coletividade, é preciso passar por aquilo que nas palavras do médico: «dar todos e dar tudo de acordo com as possibilidades de cada um», o que evidencia que apenas a partir de uma organização coletiva da massa de cegos é que se cria uma subjetividade capaz de julgar e criar princípios eficazes de ação. Um ponto que apresenta esse novo paradigma de comunidade no romance está no grupo formado por mulheres que oferecem seus corpos aos bandidos em troca de comida. Após serem torturadas durante a noite, elas retornam aos seus quartos, quando uma delas morre de um ataque cardíaco. A mulher do médico descreve o corpo desta forma:

Levantou em braços o corpo subitamente desconjuntado, as pernas ensanguentadas, o ventre espancado, os pobres seios descobertos, marcados com fúria, uma mordedura num ombro, Este é o retrato do meu corpo, pensou, o retrato do corpo de quantas aqui vamos, entre estes insultos e as nossas dores não há mais do que uma diferença, nós, por enquanto, ainda estamos vivas (Saramago 2007: 178 -179).

A dor inscrita no corpo da mulher morta corresponde às marcas impressas na pele e na psique de cada vítima. As mulheres voltam a seus quartos juntas, dando-se as mãos e carregando o cadáver, enquanto se confortam com um pequeno gesto de apoio. Essa ajuda mútua representa uma resposta à violência que elas haviam sido submetidas. A subjetividade coletiva que surge a partir dos protagonistas de *Ensaio sobre a cegueira* se desenvolve na segunda parte do romance, após as personagens deixarem o hospício e terem de vagar pelas ruas da cidade em busca de alimentos e abrigo. Os eventos causados pela cegueira leva o grupo a pensar que a única forma de resistência se dá a partir da união de todos: «Voltemos à questão, disse a mulher do médico, se continuarmos juntos, talvez consigamos sobreviver, se nos separarmos seremos engolidos pela massa e destroçados» (Saramago 2007: 245). A cegueira faz as personagens entenderem que o conceito de autonomia individual é uma ficção. A situação apresentada no romance acentua o fato de que a coletividade deve ser o princípio de organização de uma sociedade mais justa. Alphonso Lingis (2004: 121) descreve o nascimento de uma «coletividade em termos de uma comunidade cujos membros não têm nada em comum». Para Lingis, não ter nada em comum é ser absolutamente diferente de outras pessoas, mas também, no espírito da filosofia de Heidegger, significa compartilhar com os demais, a condição de ser para a morte.

Na cena que encerra o segundo momento do romance, que se dá a partir do incêndio do manicômio, evidencia-se uma dimensão apocalíptica em que o fogo é o elemento que corrói a velha estrutura racional e labiríntica do hospício e marca a transição de uma organização social forjada no exercício do poder soberano para uma sociedade pós-apocalíptica, na qual impera a responsabilização individual em meio a ruínas:

Então, para simplificar, aconteceu tudo ao mesmo tempo, a mulher do médico anunciou em altas vozes que estavam livres, o telhado da ala esquerda veio-se abaixar com medonho estrondo, esparrinhando labaredas por todos os lados, os cegos precipitaram-se para a cerca gritando, alguns não conseguiram, ficaram lá dentro, esmagados contra as paredes, outros foram pisados até se transformarem numa massa informe e sanguinolenta, o fogo que de repente alastrou fará de tudo isto cinzas. O portão está aberto de par em par, os loucos saem (Saramago 2007: 210).

A mulher do médico, como consciência coletiva, anuncia a libertação dos cegos, aqui não mais em direção a uma terra prometida, mas a uma realidade catastrófica em que persistem os instintos do homem em seu estado de natureza numa sociedade sem estado em que a memória não tem mais lugar. A cidade se torna num espaço vazio marcado pela anomia e pelo apagamento das referências de significação.

Diz-se a um cego, Estás livre, abre-se-lhe a porta que o separava do mundo, Vai, estás livre, tornamos a dizer-lhe, e ele não vai, ficou ali parado no meio da rua, ele e os outros, estão assustados, não sabem para onde ir, é que não há comparação entre viver num labirinto racional, como é, por definição, um manicômio, e aventurar-se, sem mão de guia e de treila de cão, no labirinto dementado da cidade onde a memória para nada servirá, pois apenas será capaz de mostrar a imagem dos lugares e não os caminhos para lá chegar (Saramago 2007: 211).

Aqui, se estabelece a comparação entre o labirinto racional do manicômio e o labirinto dementado da cidade. O labirinto racional do manicômio é uma espécie de princípio organizativo do espaço de exceção, como um conjunto de regras que disciplina e incide sobre os corpos, evidenciando um caráter de exclusão inclusiva na relação entre *vida nua* e poder soberano. Nos termos de Agamben, pode-se pensar nos cegos como *homini sacer*, pois a estrutura da *sacratio* resulta da conjunção de dois aspectos: a impunidade da matança (no caso, a desumanização imposta aos cegos) e a exclusão do sacrifício (os cegos não são mortos, mas são abandonados como mortos-vivos). No caso do *homo sacer*, uma pessoa é simplesmente posta para fora da jurisdição humana sem passar para a divina e, por conseguinte, pode-se estabelecer relação entre a *sacratio* e a soberania, já que «esta é a esfera na qual se pode matar sem cometer nenhum homicídio e sem celebrar um sacrifício, e sacra, isto é, mutável e insacrificável é a vida que foi capturada nesta esfera» (Agamben 2004: 25). Ora, o comportamento dos cegos em *Ensaio sobre a cegueira* nos permite antever a caracterização do bando, como um corpo abandonado à própria sorte que sente medo, frio e fome e que age por instinto.

Segundo o narrador saramaguiano, «os cegos agem no labirinto dementado da cidade onde a memória para nada servirá, pois apenas será capaz de mostrar a imagem dos lugares e não os caminhos para lá chegar» (Saramago 2007: 211). O labirinto dementado da cidade opera numa reduplicação de imagens das memórias individuais e coletivas dos cegos, mas se tornam inócuas, pois estão presas a uma realidade especular anterior à fase da distopia.

Os cegos deambulam pela cidade e encontram um espaço devastado, em que se evidencia uma realidade fantasmagórica. Institui-se, a partir disso, um outro espaço-tempo margeado pelos silêncios que marcam a narrativa. «A música acabou, nunca houve tanto silêncio no mundo, os cinemas e os teatros só servem a quem ficou sem casa e já desistiu de a procurar» (Saramago 2007: 232). Os cinemas, teatros e museus transformam-se em abrigos à população desamparada. A arte, portanto, perde a sua função principal, porque não teria mais os seus interlocutores, mas ganha uma outra função, porque se transforma num espaço de acolhimento.

O grupo de cegos segue para a casa da rapariga dos óculos escuros, e encontra um cenário de devastação, com escassez de alimentos e excesso de sujeira. São atendidos por uma «velha magríssima, só a pele sobre os ossos, esquálida, de enormes cabelos brancos desgrenhados» (Saramago 2007: 240). Se por um lado a velha representa o estado de degradação total a que o homem é submetido pelo estado de exceção da política contemporânea, por outro, numa dimensão do fantástico, ela é a expressão do horrendo e do grotesco, representando uma espécie de guardião daquele espaço infernal.

Agamben procura advertir que, do ponto de vista da soberania, somente a vida nua é autenticamente política. E o bando, por sua vez, é a força, simultaneamente atrativa e repulsiva, que liga os dois polos da exceção: a vida nua e o poder, o *homo sacer* e o soberano. Deste modo, argumenta que é esta estrutura de bando que se deve aprender a reconhecer nas relações políticas e nos espaços públicos.

Em meio a estas relações que soçobram no espaço do romance de *Ensaio sobre a cegueira* encontra-se a vida exposta como tal a uma violência sem precedentes, mas precisamente nas formas mais profanas e banais. A sacralidade, por sua vez, seria uma linha de fuga ainda presente na política contemporânea, que, como tal, se deslocaria em direção a zonas cada vez mais vastas e obscuras, até coincidir com a própria vida biológica dos cidadãos na era da biopolítica.

## Referências bibliográficas

- Agamben, Giorgio (2002). *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Esposito, Roberto (2010). *Bios: biopolítica e filosofia*. Lisboa: Edições 70.
- Foucault, Michel (1999). *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, Michel (2008). *Nascimento da biopolítica. Curso no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, Michel (2008). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. 35. Ed. Petrópolis: Vozes.
- Lingis, Alphonso (2004). *The community of those who have nothing in common*. Bloomington: Indiana University Press.
- Pelbart, Peter Pal (2003). *Vida capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras.
- Saramago, José (2007). *Ensaio sobre a cegueira*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Sontag, Susan (2007). *A doença como metáfora*. Tradução de Márcio Ramalho. Rio de Janeiro: Graal.

